



Fragmentos de um discurso político. Intervenções críticas

Gianfranco Marrone*

Tradução de Cecília Maculan Adum**

Resumo: O presente ensaio defende a pertinência do olhar semiótico sobre a política, assim como o caráter político da pesquisa em semiótica. Por meio de desenvolvimentos acerca da organização discursiva na política contemporânea, e da ideia de discurso político, o autor elabora análises e reflexões acerca de temas e paixões com os quais ele identifica um caminho específico da semiótica para responder aos questionamentos promovidos pelo campo da política. Para isso, realiza intervenções críticas, enquanto postura semiótica fundadora. O trabalho visa também a desconstruir mitos e significações naturalizadas. Tais gestos semióticos são consequência da orientação geral que permite à produção dos discursos: uma postura política e, conseqüentemente, ética que orienta os processos semióticos de construção e de interpretação dos dispositivos discursivos.

Palavras-chave: semiótica discursiva; semiótica das paixões; discurso político; estratégias; ética.

Política e semiótica

Cada ocasião de estudo sobre as relações entre semiótica e política deveria ser saudada com otimismo. Nem que fosse porque, além de apresentar a questão central do caráter semiótico da política, pode-se inverter a questão, apresentando o caráter da natureza política da semiótica. E não são jogos de palavras. De um lado, de fato, é individuada a pertinência de um olhar semiótico para o fenômeno político, reinterpretado mediante a categoria chave da discursividade, que absorve as categorias, fortemente ambíguas, da linguística e da comunicação. A ideia de um *discurso político* permite que se considerem, como fatos de sentido, analisáveis formalmente através dos modelos de uma ciência da significação, tanto as atividades linguístico-comunicativas quanto as práxis ligadas ao universo da política, evitando o onipresente risco de pensar as primeiras como “representações” das segundas, e insinuando, nesse caso, a ideia da performatividade da linguagem. Por outro lado, repropor a questão da possível carga política da pesquisa semiótica,

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160189

* Docente da Universidade de Palermo, Itália. Endereço para correspondência: (gianfranco.marrone@unipa.it). ORCID iD: (<https://orcid.org/0000-0002-4380-5736>)

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Endereço para correspondência: (cicadam@hotmail.com). ORCID iD: (<https://orcid.org/0000-0002-4091-9690>)

muito frequentemente evitada, permite não tanto repropor o eventual empenho do semioticista sozinho ou da comunidade disciplinar à qual pertence, quanto, nesse caso, remarcar a relevância política implícita, e inevitável de tal pesquisa.

Aquilo que eu gostaria de tentar demonstrar nestas páginas – propondo seis intervenções críticas sobre questões políticas, através de um olhar semiótico, implícito, e pertinente – é, primeiramente, tal inevitabilidade ditada por uma série complexa de fatores, pela carga crítica de toda teoria, antes de tudo; em segundo lugar, a intenção desmitificadora e desconstrutora de uma análise mitológica e estrutural; e, sobretudo, a consistência civil, ética e, portanto, política de cada exame apto a mostrar como os processos semióticos mesclam, sem solução de continuidade, linguagens, conceitos, práxis, corpos, coisas, espaços e tecnologias dentro de dispositivos textuais que, uma vez constituídos e em funcionamento, tendem a esconder o processo que os constituiu, representando os materiais de que são compostos como sendo “puras” linguagens, “puros” conceitos, corpos, espaços, coisas, práxis, tecnologias. As formas articulam substâncias, e estas, quando tudo está resolvido, caçoam daquelas. Ato político ao qual se deve responder com um ulterior ato – político e metapolítico ao mesmo tempo.

Paixões 1 (medo)

O medo apavora. É como dizer que a pessoa assustada é capaz de fazer coisas inacreditáveis, inenarráveis, até porque um pouco fortuitas, como o bingo. É, enfim, uma expressão que jamais convenceu a fundo: assustar-se, normalmente, é bloquear-se, petrificar-se, perder a alma. Mas, em todo caso, e sob outros aspectos, é uma expressão interessante justamente por causa de seu apelo antifrasal: estando com medo, são feitas coisas que, do contrário, jamais seriam feitas. Sabia disso muito bem, aquele general grego, descrito por Tucídides, que, para convencer os seus homens a atacarem o exército persa, enfileirou-os diante de um precipício. Desse modo, ele os constrangeu a avaliar taticamente dois medos: o que é mais terrível, cair no abismo ou enfrentar – em termos de “ou vai ou racha” – os homens de Xerxes? E o que houve foi a vitória.

O medo é um sentimento complexo, ambivalente, e vale a pena penetrá-lo, em tempos de intensos desejos de – e consequentes decretos governamentais sobre – uma famigerada segurança. Se os medos invocam inúmeros fantasmas, tais fantasmas frequentemente servem àqueles que, tomando para si o posto de nossos inomináveis defensores, fazem de tudo, sorratamente, a fim de nos prejudicar, nós e o nosso vizinho. Filósofos, sociólogos, antropólogos e semioticistas, acerca desse argumento, trabalharam muito, e com êxitos diversos. Mas o fizeram com a convicção de que o medo (com os seus sinônimos e os respectivos graus de intensidade crescente: inquietude, temor, preocupação, apreensão, perturbação, susto, angústia, pânico, terror, horror...) seja um sentimento básico, constante e recorrente em grande parte das ações humanas e das configurações sociais. Primeiramente, tem-se medo, vê-se, depois, se é o caso de, e como, eventualmente, silenciá-lo. E o poder, sabendo disso, provoca-nos muito, amplificando esse medo sem dar sossego. Qualquer que seja o poder, incluindo-se, aí, o antipoder, pelo menos no caso em que recorre, não aleatoriamente, ao terrorismo. Existem culturas inteiras fundadas sobre o medo e outras, por sua vez, sobre a vingança.

E as mitologias de meio mundo estão cheias de heróis sem medo, que, de modo algum sendo paradoxais, vão à procura de vingança, querendo saber, para que se tornem homens verdadeiros, de que se trata exatamente, o que se sente quando se experimenta a vingança, o que sente quem a sente.

Agora é a vez do historiador, o qual, tendo percebido que está relacionado a um sentimento presente entre os principais motores da história, decidiu ocupar-se disso de modo sério. A partir dessa perspectiva, há o livro de Jean Delumeau, *La paura in Occidente*¹ (2018), onde se examina com precisão e entusiasmo o longo período histórico que vai desde a grande peste de 1348 ao início do século XIX (ou seja, até a época pré-industrial), buscando, além das causas e dos efeitos dos grandes medos coletivos, as razões pelas quais, por um longo tempo, a historiografia oficial negligenciou esse gênero de argumento. O fato é que, explica Delumeau, por muitos séculos, para não dizer milênios, o medo foi considerado um sentimento vergonhoso, coisa de covardes, de gente humilde, dos párias da sociedade, a gente sem palavra e, por isso, justamente, sem história. A literatura, a épica, o drama daquele período exaltam muito frequentemente a coragem, a paixão individual, pessoal, idiossincrática. Os heróis são heróis exatamente porque não têm medo e também o cidadão comum, destinado, a contragosto, à guerra não pode nada além de ser corajoso, se deseja vestir a armadura (como é sua obrigação) e combater um inimigo tão anônimo quanto, por força da ocasião, odiado. Foi necessário esperar, se não uma reavaliação, ao menos um progressivo florescer do medo (e, repetimos, dos seus numerosos parassinônimos) como paixão plausível, sentimento digno de ser dito verbalmente e representado visualmente. Mas, sobretudo, um sentimento digno de assumir uma valência coletiva, e, portanto, social, tornando-se objeto possível de uma historiografia astuta. O que acontecerá, progressivamente, com a ascensão econômica e política da classe burguesa, através da qual o heroísmo terá um aspecto bem diverso, menos mitificado, menos temerário, e, por pressuposição, mais inclinado a incluir os medrosos entre os sujeitos socialmente pertinentes. A vida do burguês se desenvolve na fábrica, no banco, nos mercados, na bolsa, lugares canônicos onde a inquietude, o apavoramento e a angústia estão na ordem do dia, tornando-se sentimentos cotidianos dos quais os romancistas e os poetas começam a narrar, com interesse crescente, histórias sensatas, exemplares, docemente trágicas. E isso até o ambíguo e conclamado pós-heroísmo dos nossos dias.

O objeto de estudo do livro de Delumeau é, em todo caso, o período precedente, que se inicia com a chegada da terrível Peste Negra, que invade a Europa no final do século XIV, uma epidemia inquietante e angustiante, onde todos estão sozinhos diante de um inimigo tão invasivo nos fatos quanto desconhecido sanitariamente, e a qual se conclui com a afirmação do capitalismo industrial do século XIX. Como estudar e aprofundar um lapso de tempo assim amplo, tão pouco conhecido e tão distante? A resposta de Delumeau é pouco instrutiva: a questão, para ele, não é indagar sobre o medo em si, em seus desenvolvimentos históricos, mas estudar a história em seu todo, em todas as suas facetas, do ponto de vista do medo, considerando-o, pois, como sendo uma perspectiva pertinente

¹ N.T.: O medo no Ocidente (DELUMEAU, Jean. História do medo no ocidente 1300-1800. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009).

para explicar e compreender os grandes fatos humanos e sociais compreendidos entre os séculos XIV e XVIII. Durante esses longos anos, observa Delumeau, é como se os fatos estivessem presos em uma contínua oscilação: aquela entre o medo “com um nome”, ou seja, o medo dotado de um objeto determinado (a bruxa, o muçulmano, o idólatra, o diabo, o espectro), e o medo genérico (que, no fundo, é sempre medo da morte). Uma oscilação que, em termos um pouco mais técnicos, se transforma na célebre oposição entre *medo* em si (que tem, a cada vez, um alvo individual e nominal, ainda que na maioria das vezes seja construído *ad hoc*) e a *angústia* (privada de objeto determinado e, portanto, em perene espera de que algo efetivamente perigoso se concretize). Mas a angústia, percebe o historiador (não sem o apoio de uma abundante literatura psicológica e psiquiátrica), é muito menos suportável do que o medo, é como se desejasse se transformar neste: surge daí a proliferação de fantasmas que dão, ao inexprimível da angústia, uma verbalização medrosa, uma representação, uma individuação material. As grandes repressões da história, as cruzadas, os *pogrom*², as fogueiras para bruxas e hereges, as inquisições, entre outras, acontecem causando morte, quando as angústias, transformadas em medo, de individuais passam a coletivas, e os fantasmas abstratos se tornam concretos culpados. O belo livro de Delumeau narra, com abundância de particularidades, tudo isso, e é algo a ser lido com calma. É um livro que tem muito a dizer, exatamente porque coloca em narrativa, oferecendo-lhe nomes, atributos, eventos e seres, aquilo que Nietzsche denominava ressentimento: a atribuição de culpa aos outros, a qual justifica as dores humanas. E o ressentimento está pronto para se transformar em má consciência, quando a culpa, arruinando o sistema sem decompô-lo, faz com que a pessoa volte a si.

O que nos ensina uma história do medo assim estruturada? Algo que é habitual e de que esquecemos sempre: voltando no tempo e, sobretudo, alargando o olhar, nos deparamos com nós mesmos dando, àquelas particularidades e àqueles detalhes, que, de outro modo, pensaríamos ser típicos do nosso tempo, do nosso estar aqui e agora no mundo, uma significação mais geral. Mudam talvez as substâncias, ficam intactas as estruturas. A história do medo é a minuciosa reconstrução de sua articulação formal: para ser medroso, é necessário estar, no mínimo, em dois, nós e o nosso próximo, e então fazemos de tudo para tornar o nosso outro, que é, conseqüentemente, o nosso inimigo, distante e ao mesmo tempo muito concreto. Hoje, como se diz, estamos imersos no tempo do pós-heroísmo, vivemos em uma época em que somos dominados pela utopia do risco zero, do controle total e absoluto sobre homens e coisas, tudo termina por nos amedrontar. Muito mais do que a vergonha do estar atônito, hoje, o medo se exalta sendo orgulhoso, indignado, irritado. E emergem fantasmas de todo tipo, velhos e novos, mais velhos do que novos. E também estão prontos para serem usados pelos poderes esses fantasmas mais velhos do que novos, que passam todo o seu tempo a construir, para nós, estrategicamente, inimigos verossímeis (isto é, não reais) contra os quais nos atiramos para exorcizarmos e lançarmos os nossos medos excessivamente humanos. Individuar esse mecanismo formal, reconhecê-lo e desmontá-lo, indicar-lhe as valências ideológicas, é um gesto político obrigatório e inevitável, e não um irritar-se com o primeiro que passa.

² N.T.: Perseguições e massacres aos judeus na Rússia czarista.

Competências

É recente a notícia de um expoente do governo, do movimento *Cinque Stelle*, que propôs a revisão de programas televisivos dedicados à ciência: estes dariam pouca importância à atividade de ponta dos laboratórios de pesquisa, renegando o princípio do saber *open access*. Há quem tenha aplaudido tão brilhante ideia e quem, ao contrário, tenha lembrado do famigerado *Minculpop* fascista (o ministério da cultura popular desse período). Trata-se de uma proposta que demonstra não ter grande conhecimento e, mais ainda, demonstra não saber como funciona a televisão. Como se a família Angela³ passasse seu tempo folheando a *Science* ou a *Nature*, selecionando seriamente as descobertas mais atraentes para se colocar no ar. Em suma, trata-se de um slogan como outro qualquer, jogado ali no *pour parler* pseudopolítico cotidiano e que logo, espera-se, será esquecido.

É algo, todavia, que volta à mente lendo *La conoscenza e i suoi nemici* (2018)⁴, de Tom Nichols, um livro aflito em relação ao “fim da competência” (é esse o título original) na sociedade contemporânea – americana, no caso narrado pelo autor, mas facilmente exportável para a nossa, que é amargamente semelhante àquela. À primeira vista, pareceria o típico livro que anuncia o apocalipse que estaria por vir: o mundo nas mãos dos ignorantes, o fim de toda e qualquer honesta e correta conversa cidadã, onde a culpa, como de hábito, é da internet que torna as pessoas estúpidas. E é um pouco assim. Por um lado, diz Nichols (docente no *U.S. Naval War College* e, portanto, alguém que pensa a expertise também, sobretudo, do ponto de vista estratégico-militar), graças, justamente, à web, jamais se teve à disposição tanta notícia, tanta informação, como nos dias atuais. Por outro lado, talvez por isso mesmo, jamais o conhecimento e a competência interessaram tão pouco às pessoas como atualmente. E quando alguém, de modo diverso, declara-se um *expert* em algo (médico, advogado, professor, piloto de avião, político...) e está pronto para dar sua opinião, para dá-la onde é necessário, eis que é desencadeada não a indiferença, mas a raiva, a ofensa, a indignação: “Mas quem é este sujeito para se sentir mais competente do que eu?”, diz-se em coro.

Pois bem, a atual novidade, de acordo com Nichols, não estaria tanto no triunfo da ignorância e no conseqüente anti-intelectualismo que, no fundo, sempre existiu (mas, hoje em dia, com mais força, certamente), quanto no fato de que, contra os *experts* se desencadeiem os ódios mais profundos derivados do fato de que todos se sentem no direito e no dever de dizer sua opinião, mesmo que nada compreendam, mesmo que nenhum estudo tenham a respeito do que se fala ou nenhuma informação específica possuam em relação ao assunto abordado. É uma espécie generalizada de conversa de botequim, onde todos se vangloriam de saber organizar e ajustar rapidamente não apenas o time do coração, como também os problemas relativos ao *spread*⁵, à geopolítica mundial, ao corte das pensões, ao aquecimento global do planeta. É algo que acontece regularmente nas redes sociais, então, portanto, porque se ouve dizer por aí, para não replicar isso nas câmaras parlamentares?

O princípio sobre o qual se baseia essa situação é, para Nichols, tão simples

³ N.T.: Família do apresentador, jornalista e paleontólogo italiano Alberto Angela.

⁴ N.T.: O conhecimento e seus inimigos.

⁵ N.T.: Termo relativo ao mercado financeiro.

quanto monstruoso. Cito, para evitar mal-entendidos: “os americanos creem que ter direitos iguais em um sistema político significa que também a opinião de cada um sobre qualquer argumento deve ser aceita com o mesmo valor daquela de qualquer outra pessoa” (2018, n.p). A democracia não seria apenas um regime político que pretende igualdade no plano político e civil, mas também uma espécie de redistribuição igualitária (e, portanto, forçosamente, uma tendência niveladora para baixo) do saber, e do direito de exercitá-lo. Um vale um, para usar termos caseiros, não só no colégio eleitoral, mas também nas salas universitárias e, a partir dali, nos estudos profissionais, nas mesas de conversas políticas, nos conselhos de administração das empresas e assim por diante. Como se vê, em suma, o quadro pintado por Nichols em relação aos Estados Unidos se ajusta perfeitamente também para a situação italiana. Ler esse livro não nos faz mal, assim como a editora da Universidade Luiss não fez mal em traduzi-lo e publicá-lo.

É como se, continua Nichols, ao invés de instituir um diálogo entre *experts* e cidadãos, em que os primeiros forneçam aos segundos as informações e os serviços necessários, estivesse em curso uma guerra, *pardon*, uma discrasia, o que, no final das contas, não é bom para ninguém. As redes sociais tumultuam, os jornais estão em crise de hipercompetição e tratam os leitores como deficientes, as universidades consideram os estudantes como clientes que devem ser mimados: o resultado é essa arrogância narcisista que váia satisfeita os assim ditos sábios para reivindicar o direito de encontrar por si só a solução para tudo. Veja-se, aqui na Itália, o caso das vacinas recusadas em massa. Passamos, diz Nichols, de uma época em que tivemos confiança demais nos *experts* (aqueles que, levando o homem à lua, contemporaneamente bombardeavam o Vietnã e vendiam talidomida às mulheres grávidas) a uma outra onde ninguém mais lhes dá atenção. Gerando, desse modo, entre outras coisas, um delicadíssimo problema: os *experts* tão mal tratados, recorda Nichols, não são talmudistas, e sim, na melhor das hipóteses, conselheiros; os talmudistas verdadeiros, isto é, os políticos, dão pouca atenção aos *experts*, preferindo eventualmente se aproximar das massas de profanos que, uma hora ou outra, deverão lhes dar seu voto (e, aqui na Itália, desta vez, o paralelo não funciona: os narcisistas estão de fato diretamente no governo).

Dito desse modo, as coisas vão de mal a pior. Nesse desenfreado desejo que todos têm de ser competentes, terminaremos sendo todos definitivamente o contrário. Se a competência está morta, socialmente e culturalmente, se não interessa mais a ninguém, os *experts* desaparecerão progressivamente, não serão formados outros *experts* e tudo irá por água abaixo. A não ser que não sejamos sacudidos de algum modo, e, segundo Nichols, é o destino que nos aguarda em pouco tempo. E a responsabilidade dos políticos, nisso, será grande.

Mas, por sorte, as coisas são um pouco mais complicadas do que isso, são mais articuladas, mais sombreadas. A análise de Nichols, no fundo, mesmo com seu rigor, raciocina com apenas dois termos em jogo: os competentes e os incompetentes, onde os segundos odeiam os primeiros porque se sentem iguais a eles sem, de fato, o serem. Nichols usa, por vezes, no decorrer de seu livro, alguns sinônimos (*experts*, especialistas, profanos, diletantes, ignorantes...), mas os atores em jogo são sempre dois. Poderíamos, por outro lado, colocar em campo outras duas figuras ideais (cujos exemplos concretos não seriam difíceis de encontrar)

que são exatamente o outro lado da medalha dos dois referidos termos e que, em todo caso, enriquecem o cenário geral. Relendo Ortega y Gasset⁶ (que Nichols cita, mas um pouco ao acaso), vemos que existe, por exemplo, a figura do *ignorante instruído*, ou seja, o *expert* que sabe tudo sobre alguma coisa, mas só sobre essa alguma coisa, e graças a essa especialização se sente então no direito (encorajado pelas mídias) de expressar seu parecer sobre qualquer argumento.

É o típico caso do prêmio Nobel em astrofísica entrevistado de modo igual sobre políticas públicas, moda das tatuagens ou cidades inteligentes. Trata-se de uma pessoa que é, certamente, competente, mas apenas em seu setor de aplicação: para o resto dos setores é altamente incompetente, assim como qualquer outra pessoa. Em outras palavras: desconfiem dos *experts*, não apenas porque parcelam o saber em porções cada vez menores de especialização, levantando barreiras entre um campo disciplinar e outro, mas, sobretudo, porque se consideram os únicos que têm o direito de levantar o olhar e sair dos limites, vagando sem meta e sem um porquê.

A outra figura, que a esse ignorante instruído, poderíamos opor é, então, aquela do diletante por profissão, também ele um ator casualmente duplo: diletante por um lado e, portanto, sem dúvida, incompetente, mas intencional e estrategicamente capaz de interceder e traduzir entre um saber e outro, entre uma disciplina e outra, entre uma linguagem e outra, colocando-os a cada vez em relação, fazendo-os dialogar produtivamente. Se dos *experts* é necessário suspeitar, do diletante, ao contrário, não, pelo simples motivo que trabalha sem cobertura, aberta e orgulhosamente. Pode ser perigoso, e o é à sua maneira. Mas para quem? Certamente, não para os competentes iluminados, para os quais parecerá sempre simpático e de quem se tornará eufórico coleguinha. Muito provavelmente, será, em todo caso, fatídico para os incompetentes obtusos, irritados por causa dessa sua constitutiva leveza, por causa dessa maneira amadora de agir e de pensar. Diletante é também quem sente prazer. Analogamente, será irritante para o ignorante instruído, seu oposto dialético, e, portanto, seu inimigo por definição. Não ter nenhuma especialização é o melhor modo para rir das especializações vazias.

O panorama, complicando-se, articula-se um pouco mais: abandonamos o bem e o mal, o positivo e o negativo, o branco e o preto. Tudo é um pouco menos evidente do que aquilo que parece, e percebe-se um horizonte menos fosco, talvez mais otimista. Não sei, pensemos nisso.

Estratégias

O que é a denegação? Ou, se vocês preferem, em que consiste a freudiana *Verneinung*? Seria fácil dizer que se trata de uma negação mentirosa, do negar aquilo que se deveria afirmar – do tipo: “sou doido por sorvete” significa que estou louco; ou, mais tecnicamente, “não conheço o Édipo” quer dizer que sou monstruosamente ciumento em relação ao lugar de meu pai na cama. Para os psicanalistas sérios, não basta dizer que desconhecer é o melhor modo de confirmar, o que em si é uma banalidade, mas sim que os sujeitos em análise tendem a refutar,

⁶ N.T.: O autor se refere à obra *A rebelião das massas* (*La rebelión de las masas*, 1930) de José Ortega y Gasset.

com palavras, aquilo que querem, efetivamente, manter escondido, para remover, para obstinadamente conservar nos meandros de um inconsciente que não conhece contradições aos próprios intoleráveis segredinhos infantis. A denegação é, em suma, um mecanismo estratégico, uma tenaz forma de defesa contra quem gostaria de nos virar do avesso como uma meia, fazendo sair, pouco a pouco, os nossos desejos mais depressivos e reprimidos. E isso se dá de tal modo que inevitavelmente se chega a um momento em que a luta entre mascaramentos e revelações se faz mais acirrada e a denegação acaba por se tornar uma espécie de segredo de araque. Apontar para o que foi removido, no fim das contas, é o melhor modo para combater a energia negativa.

Desculpem-me pela pequena lição de psicanálise. É, certamente, uma simplificação. Mas é, em todo caso, um bom modo de buscar uma melhor compreensão das atuais, intrincadas, inverossímeis histórias políticas e planetárias: um bom modo, enfim, e não apenas, para se orientar mais ou menos no magma pestilento da política, mas também para encontrar uma rota rumo à qual mirar, uma orientação sensata para se perseguir na concreta práxis política. O que – dadas as macroscópicas dificuldades em que se debatem, patética e inutilmente, os nossos administradores e tomadores de decisão (grandes e pequenos) – não é pouco.

Quem é, hoje, o Máximo Denegante? Seguindo-se o raciocínio que Bruno Latour desenvolve em seu recente *Tracciare la rotta. Come orientarsi in politica*⁷ (2018), não há outra opção que não seja tratar do principal homem político mundial, o Presidente dos Estados Unidos, o tal Donald Trump, que, exibindo cafonamente a própria ridicularidade, mal consegue esconder os seus precisos objetivos políticos (e, portanto, econômicos, sociais, culturais, éticos, étnicos, ecológicos...), produzindo múltiplos avatares espalhados por governecos de meio mundo. Os objetivos dos trumpistas são perseguidos mediante precisas estratégias de denegação: para eles, o problema do clima não existe, muito menos aquele da desigualdade social, para não falar daquele dos imigrados. Um monte de chatices das quais se livra pronta e brutalmente, negando-lhes, descaradamente, não apenas sua importância ética e política, mas até mesmo sua existência discursiva. Não por acaso, a maioria das *fake news* produzidas pelos grandes aparatos de Estado não inventa histórias inexistentes, mas, ao contrário, nega aquelas já atestadas: histórias de lutas sociais, de confrontos raciais, de desastres climáticos dissolvidos naquela confusão pós-midiática que, ensurdecendo-nos, gostaria de nos tranquilizar.

Assim, sustenta, sem paradoxo, Bruno Latour, que o trumpismo é uma inovação, em política, do tipo que não se vê muito frequentemente, e convém levá-la a sério; isso porque a política denegatória de Trump ajuda a compreender, revirando-lhe o sentido, quais podem ser, hoje, as principais escolhas na gestão daquela imensa coisa pública que é o nosso planeta – por sua parte já plenamente dentro da era híbrida do Antropoceno. A emergência ambiental, a *deregulation* social e os desastres migratórios – a verdade seja dita, os três grandes inimigos (habilmente escondidos) do trumpismo soberanista – são, no fundo, três faces do atual acirramento dos conflitos, repropostas em três diferentes níveis que são, digamos, geo-históricos: confrontos entre seres humanos (nível local); confrontos entre

⁷ Traçar a rota: Como orientar-se em política.

etnias (nível global); e confrontos entre humanos e não humanos (nível planetário). Se, por um lado, diz Latour, perdemos, há muito, aquele mundo comum, que, através do mito moderno do progresso, deveria ter sido o objeto do pensamento e da ação da dimensão política, continuamos todos atores humanos e entidades viventes não humanas, habitantes de mesma terra, ou seja, nem mais nem menos, apenas terrestres. Somos todos terrestres: deveríamos aceitar isso e começar a pensar, diz Latour, não mais com base em objetos galileanos (como faz o olhar de certa ciência que, colocando-se, idealmente, sobre a estrela Sirius, assimila absolutamente tudo), mas com objetos lovelockianos (que tornam possível um diálogo justo entre os vários habitantes do planeta a partir da superfície realmente habitada e articulada).

Hoje, mais do que nunca, sustenta Latour conectando-se à compacta série de seus estudos precedentes (de *Non siamo mai stati moderni*⁸[2018] a *Politiche della Natura*⁹ [2000], e de *La scienza in azione*¹⁰ [1998] a *Cogitamus*¹¹ [2013]), a questão da política e a da ciência se revelam duas faces do mesmo problema: somente passando por uma reflexão profunda acerca da ideia de natureza, refutando, isto é, a sua presumida alteridade muda e objetiva, e acentuando-lhe as valências éticas, podemos pensar em um novo modelo social. Em outras palavras, políticas sociais e políticas ambientais são – ou melhor, deveriam ser – o mesmo problema, pois, pensando no tipo de ambiente que queremos, pensamos na sociedade que queremos; e vice-versa. Nas palavras de Latour, não há como escolher entre o salário dos operários e o destino dos passarinhos, mas sim entre dois tipos de mundo onde existem ambos, seja os salários dos operários, seja os passarinhos, diversamente conjuntos. E a partir desse ponto, ele se coloca a seguinte pergunta: por que o movimento social não encarou logo os desafios ecologistas, algo que lhe teria permitido escapar da obsolescência e fortalecer o ecologismo ainda frágil?

Se, como reforçam muito bem Gianfranco Pellegrino e Marcello Di Paola, em um recente volume que percorre novamente o debate em curso sobre esse tema tão delicado (*Nell'Antropocene*, 2018), entramos na era do Antropoceno, uma época em que a espécie humana penetrou e impregnou, irremediavelmente, os estratos geológicos mais profundos da esfera terrestre, não há mais (admitindo que tenha existido) natureza de um lado e sociedade do outro, mas uma única entidade da qual se deve dar conta, orquestrando, a todo custo, os seus discursos, geológicos e históricos, sociológicos e geográficos, climatológicos e, justamente, políticos. Lutar por alguma forma de solo compartilhado por todos os atores que poderiam pisoteá-lo significa, antes de tudo, renunciar aos falsos mitos de uma natureza (na falta de uma identificação melhor) a ser protegida a qualquer custo e de uma humanidade que (por um ambíguo mandado superior) se faz senhora e dona de toda a terra; e, significa, secundariamente, saber traçar a rota, projetar uma direção comum de marcha, tendo bem claros quais são os falsos atratores (como aqueles dos trumpistas mais recentes) e quais, ao contrário, são menos verossímeis.

⁸ N.T.: Jamais fomos modernos.

⁹ N.T.: Políticas da natureza: como fazer Ciência na Democracia.

¹⁰ N.T.: A ciência em ação.

¹¹ N.T.: Cogitamus.

Para começar, diz Latour, poderíamos colocar em ação uma política de descrição dos problemas e das exigências dos indivíduos e das espécies, das etnias e dos grupos sociais, um pouco à maneira como, na segunda metade do século XVIII, a convite do Rei, em pessoa, todos os cidadãos, pertencentes a qualquer classe social que fosse, começaram a redigir seus *cahiers de doléances*, recolhendo aquela enorme lista heteróclita, mas potente em desejos, tanto é que, dali a pouco, levou, ainda que por vias avessas, à Revolução de 1789. De resto, o termo “revolução”, sustenta Latour, é tomado, hoje, por dois significados principais: o astronômico e o político. Perdemos a terra onde apoiar firmemente os pés e estamos girando ao redor de um planeta que modificamos profundamente, cabe-nos, agora, procurar uma boa pista onde aterrissar e recomeçar. Não é ficção científica, é política.

Paixões 2 (rancor)

Em uma célebre canção italiana, “rancor” rima com “procurador”¹². É o gênio anárquico do genovês Fabrizio De Andrè que, narrando as histórias de um juiz de baixa estatura, faz com que se perceba a lógica profunda dessa paixão tão triste quanto, sabemos, de extrema e atualíssima difusão. Será lembrado que, nessa história de esqualida vingança (o anão se torna juiz e condena à morte todo e qualquer desgraçado), o rancor desempenha um papel basilar, o papel da amargura alimentada por muito tempo, ciente e silenciosamente: “foi nas noites insones e em branco à luz do rancor / que preparei os exames, que me tornei procurador”. Nada mais politicamente incorreto e, ainda assim, autenticamente verossímil.

O fato é que o rancor, talvez mais ainda do que o seu parassinônimo, o ressentimento, é paixão de extrema complexidade: toma o corpo e também a mente, alonga o tempo, produzindo um tipo de *suspence* que ultrapassa, com seu específico objeto de fria vingança, a história em que tal sentimento estava inserido. Permanece, frequentemente, um rancor puro, sem objeto, ou melhor, com um objeto vago, indeterminado; e mais do que pretender razão e redenção, este termina por dar lugar a um desabafo – físico e psicológico ao mesmo tempo – irremediavelmente voltado para si mesmo. Uma abundância de pensadores (de Nietzsche a Simmel, e Girard, entre outros) realizou reflexões sobre essa complexa lógica afetiva e sobre as suas consequências políticas e também culturais.

Um caminho para voltar à questão, repensando-a por um outro ponto de vista, poderia ser aquele de dar uma olhada no dicionário, ou seja, no modo como, no jogo de denominações e definições, cada um de nós pensa na coisa usando o nome. A semântica dos termos não perdoa. Abramos o dicionário monolíngue *Devoto-Oli*¹³: “rancor = ressentimento, aversão profunda, tenazmente remoída no ânimo após uma ofensa ou uma injúria recebida¹⁴”, descrição quase idêntica àquela que se encontra no Google, salvo a informação, por parte do referido Google,

¹² N.T.: Nome genérico que abrange diversos cargos na justiça italiana, incluindo-se, aí, o cargo de juiz.

¹³ N.T.: Disponível em: <<https://www.devoto-oli.it/nuovo-do-digitale/>>

¹⁴ N.T.: Em italiano, no referido dicionário: Rancore = risentimento, aversione profonda, tenacemente covata nell'animo in seguito a un'offesa o a un torto ricevuto.

de que Rancor¹⁵ é também o pseudônimo de um conhecido rapper italiano. No verbete “ressentimento”¹⁶, por outro lado, encontramos: “atitude de aversão ou animosidade por causa de uma ofensa ou de uma afronta recebida”¹⁷. Folheando outros dicionários, de papel ou mesmo *on-line*, as coisas não mudam muito. Assim, o *Treccani on-line*¹⁸, por exemplo, acerca de “rancor”, diz: “sentimento de ódio, de desdém, ressentimento profundo, não manifestado abertamente, mantido escondido e quase remoído no ânimo”¹⁹; o *De Felice - Duro*, sobre o mesmo verbete, diz: “ódio ou ressentimento profundo, nutrido e reprimido dentro de si”²⁰; ou ainda, no Dicionário italiano *Olivetti*²¹, também sobre “ressentimento”, encontramos: “desdém provocado por uma injúria ou por uma ofensa em relação à qual se deseja vingança”²².

Se, portanto, o ressentimento é uma animosidade, uma paixão que conduz a uma precisa atitude e a uma forma de ação vingativa em relação a quem se crê ter sido o realizador da ofensa, o rancor é diferente: o rancoroso não passa quase nunca para o ato e vive um sentimento profundo, remoído nas profundezas do ânimo, por muito tempo e, sobretudo, secretamente, em absoluta solidão, sem um final narrativo, numa lenta e desesperada maceração interior. Ou pode, excepcionalmente, estourar no momento mais inoportuno possível, exatamente como o faz o “juiz” de Fabrizio de DeAndrè (na canção *Un Giudice*) e, em parte, aquele que lhe serviu de inspiração²³: “ah, não lhes parece natural / que eu o tenha feito pagar?”, pergunta o juiz Selah Lively, da antologia *Spoon River* (de Edgar Lee Masters), depois de ter condenado à morte um monte de inocentes. No exemplo em questão, o termo chave, brutalmente invertido em seu sentido, é, sem dúvida, “natural”: não há nada de natural no rancor, e muito menos em seus êxitos imprevisíveis, tão casuais quanto impiedosos. E tudo construído psicologicamente, socialmente, antropologicamente.

A *questão* nos interessa, aqui e agora, na medida em que permite a leitura crítica da nossa atualidade política (e não só a italiana), quando, como se sabe, o rancor subiu ao poder. Depois de anos de protestos, lamentações, descontentamentos, reprovações e ira – e os relativos insultos grosseiros (*vaffanday*²⁴ foi um programa político) –, todos emanados a partir de uma clara e reivindicada oposição em

¹⁵ N.T.: Rancore, em italiano.

¹⁶ N.T.: Risentimento, em italiano.

¹⁷ N.T.: Em italiano, também no Devoto-Oli: atteggiamento di avversione o animosità per un’offesa o un affronto ricevuto.

¹⁸ N.T.: Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/elenco-opere/Vocabolario_on_line>

¹⁹ N.T.: Em italiano: sentimento di odio, sdegno, risentimento profundo, non manifestato apertamente, ma tenuto nascosto e quasi covato nell’animo.

²⁰ N.T.: Em italiano: odio o risentimento profundo, nutrito e represso dentro di sé.

²¹ N.T.: Disponível em: <<https://www.dizionario-italiano.it/>>

²² N.T.: Em italiano: sdegno provocato da un’ingiuria o da un’offesa che si desidera vendicare.

²³ N.T.: A canção Um Giudice, de DeAndrè, foi inspirada no personagem Selah Lively, da antologia *Spoon River*, escrita por Edgar Lee Masters. O personagem em questão era um juiz anão que se valia de seu cargo para aplacar seus rancores por meio de vingança.

²⁴ N.T.: Em italiano, Vaffanday (vafanculo day, que significa, literalmente “dia do vai tomar no xxx”), também chamado V-Day, foi uma iniciativa política (por parte de Giuseppe Piero Grillo) para lembrar eventos ligados à Segunda Guerra Mundial, fazendo alusão tanto ao Dia D, quanto ao filme V de vingança (cujo símbolo V foi posteriormente usado pela Lega).

relação aos governantes e administradores, eis que, agora, os chamados *grillini* (mas Grillo onde está? O que faz?) estão no governo. E com eles a tal *Lega*, que o poder já conhecia bem, ainda que temperado por aliados direitistas de outros tempos. A união *Cinque Stelle/Lega* (ou, caso se prefira: *Di Maio/Salvini*) está progressivamente mudando, dando uma estranha forma de manifestação – e de ação/paixão – que causa até fadiga se a chamarmos de política, ainda que decididamente o seja. Nem que fosse porque estão, justamente, no governo, no poder. Um poder alcançado graças a uma avalanche de votos de pessoas fortemente rancorosas em relação ao mundo e graças a quem (definindo-se, apressadamente) o quis assim; isto é, a classe política de modo geral. A metáfora pasoliniana do Palácio²⁵.

Mas o que faz o automeado *Novo Palácio* quando, mudando de veste, enche-se de rancor? Como e para onde se dirige o rancoroso desejo de revanche? É evidente: volta-se para quem não tem nada com isso, realmente nada, mas que, todavia, por deslocamento figurativo, serve bem para assumir o papel do culpado a ser eliminado: o homem negro, o imigrado pronto para contaminar a genuinidade da raça, pronto para se misturar conosco, que somos duros²⁶ e puros que passamos as noites com insônia à luz do rancor. Quanto mais sofrerem estes, mais o nosso rancor encontrará justiça: anã, pequeníssima, ignóbil, mas institucionalizada. O anão não pode se vingar, o juiz faz isso em seu lugar. Nada mais “natural”, afinal, quem poderia impedi-lo de fazê-lo?

Poderá ser dito que a história é cheia de casos assim, de loucos com um cetro e que não veem a hora de se vingar do desafortunado da vez, provocando uma bagunça infernal. E sem dúvida é verdade. Mas, aqui, parece haver algo de diferente: é como se o poder fosse justificado pelo rancor e, vice-versa, o rancor justificado pelo poder. E tudo isso às claras, sem fingimentos, sem a necessidade de legitimações posteriores. Basta dizer que se trata de populismo? Para além da ambiguidade desse termo (desse conceito), provavelmente não basta. Não é suficiente dizer que, em nome de uma ideia abstrata de povo, faz-se o que se quer. O que parece estar em jogo, nesse caso, é exatamente o êxito passional de uma maceração coletiva: lenta, longa e profunda. Um êxito que o poder justifica e repropõe, amplificando-o, se for o caso, ou, então, modificando-o.

De outro modo não seriam explicados os fatos referentes à tragédia de Gênova²⁷, com aquela alternância impressionante entre aplausos e vaias. De um lado, a atribuição de culpa e o conseqüente desejo de vingança (há muito tempo camuflado) e que leva a atacar o primeiro que passa, isto é, o pobre Martina²⁸; é a vaia implacável, como a do estádio de futebol. Do outro lado, um pouco como os *minions* na busca desesperada por um chefe (malvado, até mesmo, desde que exista um: <http://www.doppiozero.com/materiali/glittering/i-minions-felicemente-irresponsabili>) os aplausos a Salvini e as *selfies* de

²⁵ N.T.: Usada, por Pasolini, para fazer referência ao poder enquanto entidade muito vaga.

²⁶ N.T.: Referência ao slogan de campanha da Lega, a qual fazia alusão, através do termo duro, à virilidade dos políticos membros do partido.

²⁷ N.T.: Faz-se referência à tragédia ocasionada pela queda da ponte Morandi, em Gênova, no ano de 2018.

²⁸ N.T.: Maurizio Martina, secretário geral do Partido Democrático e Ministro das políticas agrícolas alimentares e florestais tanto no governo Renzi, quanto no governo Gentiloni.

praxe durante os funerais das vítimas da tragédia. Parece uma história já escrita, e provavelmente já o é. E é justamente aquela dos *minions*: seres pequeninos e muito malvados, mas muito, muito bonitinhos. Quem poderia se irritar com eles? E eles estão no poder: felizmente irresponsáveis.

Teatro

Nas atuais práticas dos restaurantes da moda, é canônico o *chef* sair de seu lugar secreto da cozinha e se mostrar ao público. É o momento em que, no salão, esse *chef* pavoneia entre os clientes, fazendo às vezes de dono da casa, e de idealizador e produtor do cardápio, substituindo a tradicional figura do *maitre*. Movimento análogo faz o homem político que, do palco cênico (lugar separado e inalcançável de onde se mostrava, mas sem nenhum contato físico concreto com seus eleitores), no qual permaneceu confinado por muito tempo, desce para a plateia do teatro – um pirandellismo já estereotipado – e se mescla entre os seus espectadores, tornando-se “um de nós”, ou melhor, autoapresentando-se sob a nova e repaginada figura do “um de nós”. É o político “cara nova”, já afirmado há tempos, que está no meio do caminho entre as instâncias da esfera pública e as instâncias privadas, relativas aos cidadãos, confundindo as competências jurídicas e administrativas que, tempos atrás, eram demandadas aos seus colegas em nome das “exigências reais” da “gente comum”. Analogamente, o *chef* circula entre as mesas de seu local, abandonando o cercado dos fornos e fogões, assume o papel do “um de nós”, de um comensal entre outros que entende os desejos de seus clientes e, fisicamente, aproxima-se deles para satisfazê-los. Na verdade, agindo assim, ele não faz nada além de tomar para si os elogios de quem provou suas criações, pulando a etapa do “dê meus cumprimentos ao *chef*”, a qual, de modo caricatural, por muito tempo, os clientes dirigiam ao *maitre* ou ao garçom da vez. Tanto em um caso quanto no outro, pulam-se a mediações, mas se reafirmam as relações hierárquicas que pareciam apagadas. Também tem um movimento análogo, e ainda complementar, o da mesa colocada diretamente na cozinha, aparentemente em um apertado lugar, um local rumoroso e de odor ruim, mas que é, na verdade, uma zona de escolha do *chef* em ação, onde esse pode emanar, tal qual o Uno, de Plotino, a própria superioridade sobre os presentes em adoração. Se, aparentemente, as posições são aproximadas, na realidade, o que se faz é reafirmar sua distância. Não por acaso, muito frequentemente, quem decide acerca de quem comerá na cozinha não é o cliente mais ou menos abastado e que reserva com antecedência, mas o *chef* em pessoa, que aponta para aquele que, mais do que os outros, saberá apreciar as delícias servidas.

Nas práticas atuais relativas aos restaurantes, divulgadas sistematicamente pelas mídias, há, ainda, um segundo gesto, sucessivo e consequencial ao primeiro, com o qual o *chef*, mais uma vez como o homem político, não apenas alcança o salão, como também sai até mesmo do restaurante, circulando pelas ruas da cidade, nos meandros do território. E o faz, sabemos, especialmente graças às telas de TV que, atingindo um público muito amplo, acabam por neutralizar toda a oposição entre externo e interno, entre mundo e teatro. Surgem daí o *Masterchef* e seus numerosos avatares, no caso da gastronomia, e, no caso da política, surgem as numerosas figuras de “punk” ou “bufões” que – atravessando de furgão, quando

não a nado, o território – acabam conquistando os salões parlamentares. Também aqui há um movimento análogo e complementar: aquele que foi possibilitado, e maciçamente divulgado (sobretudo pelas chamadas novas mídias interativas), pela web 2.0, a qual não apenas permite que se fale com todos, sem direcionalidade comunicativa pré-constituída, mas também torna possível que qualquer um (no caso específico abordado) se torne *chef* ou que pelo menos se proponha como tal. É o fenômeno dos *food bloggers* que estão progressivamente criticando os grandes *chefs* estrelados, e até mesmo colocando-se em seu lugar – e, não por acaso, indo ocupar aquele lugar em frente às telecameras que, até pouco tempo atrás, era assegurado somente aos referidos *chefs*.

Se é assumida, tanto em um modo como no outro, essa segunda posição espacial (nem a cozinha, nem o salão, e sim “a cidade”), para o *chef*, as coisas mudam muito. Ao se tornar definitivamente um *chef star*, ele é cada vez mais *star* e cada vez menos *chef*. Um tipo de *opinion leader* que, como aconteceu, por muito tempo, com homens de espetáculo e cantores, modelos e jogadores de futebol, pode e deve versar sobre qualquer coisa, transcendendo o universo da cozinha do qual provém e que, tendo-lhe sido permitido chegar até lá, pode, agora, serenamente abandonar. Não é difícil, hoje, esbarrar com *chefs* a quem é perguntado não tanto e não mais sobre cozinha, mas, muito provavelmente, sobre política ou sobre economia, sobre a crise financeira ou sobre o destino do planeta, sobre as possíveis estratégias para reativar a cultura ou sobre os significados espirituais e profundos do novo pontificado. Isso quando não se expressam sozinhos e espontaneamente, sem entrevistas ou outras aparições midiáticas do tipo. Desse modo, um *chef* como Massimo Bottura fala, difusamente e com muita competência, de arte e de filosofia e não necessariamente de algo relacionado ao seu cardápio. Analogamente, ainda na Itália, personagens como Carlo Cracco²⁹ podem opinar sobre qualquer fenômeno social e argumento cultural. Para não falar de outros locais da Europa e, sobretudo, dos Estados Unidos, onde uma personagem como Alice Waters não é apenas uma *chef*, mas uma formadora de opinião reconhecida em todo o país.

Assim, hoje, a gastronomia, transformada em gastromania, ultrapassa o ambiente específico da comida e da cozinha, e também o da convivialidade, para se introduzir (falando bem ou mal, não importa, desde que fale) em outras esferas sociais, incluídas, por exemplo, as que têm relação com o crime organizado e com a luta em relação a este. É excessivamente simples apontar para o caráter efêmero da moda gastronômica. É mais interessante ver se, e como, caso a caso, a gastronomia, antes de entrar na moda, gerava ações e paixões entre as pessoas, promovendo formas de comportamento e fundando sistemas de valores que não pertencem ao mundo da cozinha e da boa mesa. Quando falamos, pois (e sem jamais perder o sorriso nos lábios), de degustações refinadas e de mercadinhos biológicos, de *chefs* estrelados e de *menu quilômetro zero*³⁰, é bom que se tenha em mente que estamos discutindo, talvez, acerca de nosso futuro.

Máfias

Muito se discutiu, nos últimos meses, sobre as palmeiras na praça Duomo

²⁹ N.T.: Famoso chef e personalidade da TV italiana.

³⁰ N.T.: Menu elaborado só com ingredientes cultivados no local de degustação.

de Milão. Botânicos e climatologistas, *experts* de marketing territorial, os *nerds* de marcas planetárias, administradores locais e políticos nacionais, paisagistas e jardineiros, à toas do *Facebook* e cidadãos comuns: todos dando sua opinião. Parecia que estavam no botequim, durante um mundial, antes dos fatídicos rigores da semifinal. Poucos, contudo, notaram que, por ironia da história, com aquela curiosa planta nas brumas milanesas, concretizou-se literalmente a conhecida profecia de Leonardo Sciascia. *La palma va a Nord*³¹ (1981), recitava o título de um precioso livro seu de mais de trinta anos atrás – e quiçá porque nunca mais reimpresso. E agora sabemos que a palmeira realmente chegou àquelas áreas, ajeitando-se muito bem, cômoda e orgulhosamente, a despeito dos habituais detratores que gritam em nome de um etnocentrismo desqualificado que, por ironia ulterior, emana, hoje em dia, por todos os poros, tristes ondas quentes de exotismo. A advertência de Sciascia, naquela imagem das palmeiras viajantes, era clara: não apenas a infiel meridionalidade, aquela da autodenominada ilegalidade política e do crime organizado, expande-se rumo ao setentrão do País, mas o faz com grande dissimulação e celeridade, invertendo, de fato, os ideais do Ressurgimento que, no século XIX, teriam desejado unir o País em nome do melhor iluminismo paduano.

É, como de hábito, o pensamento estratégico das *brands*, ao terem entendido a comicidade do negócio, enfiando, como se diz, o dedo na ferida. Starbucks, para dar um nome, é uma marca que fez sua fortuna exportando para o mundo o modelo convivial dos cafés italianos: a pessoa se acomoda, beberica uma xícara de café fumegante e cheirosa, relaxa, lê algo, conversa e, quem sabe, discute. Em suma, fala-se do modelo gastronômico-filosófico-político que, entre outras coisas, deu o nome àquele *Caffè*³² dos Beccaria e dos Verri, o qual Sciascia e, antes dele, Manzoni tanto adoravam. Habermas nos explicou que a Opinião Pública nasceu ali. E, agora que conquistou o mundo inteiro, Starbucks decidiu fazer um salto mortal duplo e abrir os seus locais justamente de onde havia partido a ideia, ou seja, aqui em Milão, na praça mais rica e conhecida da Itália, a *piazza Cordusio*. Essa cafeteria sob a *Madonnina*³³ é, em resumo, um tapa moral e civil, econômico e social. Nós o merecemos? Saberemos oferecer a outra face?

A imagem sciasciana da linha da palmeira que sobe impiedosamente rumo ao Norte, passando pela *Via Larga*³⁴ da sociedade dos consumos, adquire, desse modo, uma verdade ulterior, sem, todavia, perder a que já possuía, ao contrário, reforçando-a. E a nós, cabe aceitar. E aguardando reler – espera-se – o livro a partir de onde tudo isso tomou forma e substância e, sobretudo, aguardando para dá-lo como leitura às pessoas de quem, há trinta anos, esse é praticamente escondido, podemos tentar nos consolar um pouco graças à republicação de sua mais jovem testemunha, *A futura memória (se la memoria ha un futuro)*³⁵ (2017). Os dois livros, de fato, são subsequentes um ao outro e, em parte, se sobrepõem

³¹ N.T.: A palmeira vai para o Norte.

³² N.T.: Nome de uma revista da segunda metade do século XVIII, fundada, em Milão, por Cesare Beccaria e Alessandro Verri .

³³ N.T.: Apelido carinhoso para a Virgem Maria, usado para denominar a estátua que a representa. Símbolo mor de Milão e localizada no Duomo. A frase “à sombra da *Madonnina*” indica, por antonomásia, a cidade de Milão.

³⁴ N.T.: Principal rua de Milão.

³⁵ N.T.: Para a futura memória (se a memória tem um futuro).

cronologicamente: a *Palma*³⁶ reúne textos, artigos e entrevistas de Sciascia no período entre 1977 e 1980; *A futura memoria* junta os textos, os artigos e as entrevistas do período de 1979 a 1988.

Sciascia é o mais abertamente político, aquele que usa inteligência literária e sensibilidade poética para ler, e tentar interpretar, os eventos da atualidade que, naqueles anos, eram de extrema importância e gravidade: o drama do compromisso histórico, o emergir do terrorismo, a ambiguidade dos serviços secretos, a luta contra a máfia, as primeiras diatribes sobre a comissão antimáfia. E tudo isso temperado por aquilo que ele próprio costumava denominar, em boa companhia (a saber, *Settanta*, de Marco Belpoliti), “retórica nacional” .

Está aqui, se a memória tem um presente, o famigerado artigo de 10 de janeiro de 1987, publicado no *Corriere della sera* e onde, resenhando um livro de Christopher Duggan (*La mafia durante il fascismo*, 1986), com prefácio de Denis Mack Smith, sobre a máfia durante o fascismo, surge a ideia epocal dos chamados profissionais da antimáfia. Lembremo-nos da analogia que a gerou: assim como, no decorrer de vinte anos, “a antimáfia foi então um instrumento de uma facção, internamente ao fascismo, visando alcançar um poder não contrastado e não contrastável” (p. 124), da mesma forma, hoje, se usa a “antimáfia como instrumento de poder” (ibidem). E se dá como exemplo de “um prefeito que, por sentimento ou de modo calculista, começa a se exibir [...] como o antimafioso” (p. 125) e de um magistrado – que, no caso, era o jovem Paolo Borsellino – que, “por causa de uma específica e particularíssima competência profissional nos setores da delinquência organizada, em geral, e da delinquência de tipologia mafiosa, em particular” (ibidem), é nomeado procurador da República em Marsala, a despeito de haver colegas mais velhos e com outros títulos preferenciais. Mas esta última citação é indireta, ou seja, é citação de Sciascia, que cita, entre aspas, o “Notiziario straordinario³⁷” do Conselho superior da magistratura, de 10 de setembro de 1986. A ideia e a relativa terminologia de uma competência profissional na luta contra a máfia não são, portanto, de Sciascia, mas do mais alto órgão da magistratura italiana, que faz disso, como se diria em burocratês, o critério principal para a asseguaração de locais de prestígio nas Procuradorias, onde a luta contra a máfia é o feijão com arroz. Ao retomar e acentuar a analogia com alguns fatos ocorridos nos tempos do fascismo (o prefeito Mori que taxa como mafioso qualquer um que se oponha ao Duce), Sciascia certamente a amplifica, abrindo um debate, para usar de eufemismo, que dura ainda hoje e que exasperou e amargurou os ânimos de políticos e estudiosos, formadores de opinião e ativistas e, obviamente, magistrados.

Seria excessivamente fácil (e, de fato, é) dizer que Sciascia estava errado porque, entre outras coisas, o pobre Borsellino teve o fim que de fato teve. Algo que se entende bem, relendo os sucessivos artigos presentes em *A futura memoria*, que entram no cerne da polêmica com ilustres jornalistas nacionais. Sciascia usava o caso Borsellino como puro exemplo de uma regra abstrata e bem mais geral. E seria fácil, do mesmo modo e a partir do lado oposto, apontar para o grande número de autodenominados antimafiosos que, usando essa etiqueta

³⁶ N.T.: Palmeira.

³⁷ N.T.: Noticiário Extraordinário.

(brand?), fizeram o jogo da máfia, direta ou indiretamente, replicando seus modos agressivos, seus objetivos criminais, seus meios criminosos. Basta recordar o pungente libreto, do ano passado, de Gianpiero Caldarella, *Frammenti di un discorso antimafioso*³⁸(2015), para que se chore de tanto rir.

Aquilo que, à distância de trinta anos (sem por isso querer encerrar um discurso que ainda hoje – ai de nós – é mais atual do que nunca), podemos tirar de tudo isso é a lição de método, no senso mais elevado e mais urgente do termo. Para além do fanatismo, da violência, da brutalidade política, da desonestidade intelectual e da injustiça, aquilo que Sciascia combate – aqui como em outros lugares – é, sobretudo, a maldita estupidez. A partir desse ponto, faz-se uma trágica consideração: se a retórica antimafiosa, no final das contas, consegue impor-se, consegue vencer e consegue dominar, é porque essa atua de modo apenas parcialmente consciente. De muitas maneiras, essa é, de fato – relendo o livro, percebemos que isso é repetido a cada duas páginas –, fruto de cretinice, da incapacidade de entender, mas, sobretudo, da ausente compreensão das diferenças. Julgar é distinguir, distinguir é entender, entender é exercitar a inteligência. Assim, saber diferenciar – como diria o sempre atual quadrado semiótico – entre o ser antimafioso e o ser não mafioso é extremamente difícil para um estúpido. Mas não é impossível. Os meus estudantes, e não apenas os meus, entendem isso imediatamente. Os outros estudantes, para usar uma imagem de um autor deveras querido por Sciascia, preferem cuidar da própria vida. Ou, quem sabe, cuidar da vida alheia, como no caso das palmeiras na *piazza Duomo*, sob a proteção da sereia que está na logomarca de Starbucks, desdenhando daquilo que resta da Opinião Pública. ●

Referências

- CALDARELLA, Gianpiero. *Frammenti di un discorso antimafioso*. Palermo: Navarra Editore, 2015.
- DELUMEAU, Jean. *La paura in Occidente*. Milano: Il Saggiatore, 2018.
- DI PAOLA, Marcello; PELLEGRINO, Gianfranco. *Nell'Antropocene*. Etica e politica alla fine di un mondo. Roma: Derive Approdi, 2018.
- DUGGAN, Christopher. *La mafia durante il fascismo*. Soveria Mannelli, Italia: Rubbettino Editore, 1986.
- LATOURE, Bruno. *Cogitamus. Sei lettere sull'umanesimo scientifico*. Bologna: Il Mulino, 2013.
- LATOURE, Bruno. *La scienza in azione*. Torino: Einaudi, 1998.
- LATOURE, Bruno. *Non siamo mai stati*. Milano: Elèuthera, 2018.
- LATOURE, Bruno. *Politiche della Natura*. Milano: Cortina Raffaello, 2000.
- LATOURE, Bruno. *Tracciare la rotta. Come orientarsi in politica*. Milano: Cortina Raffaello, 2018.
- NICHOLS, Tom. *La conoscenza e i suoi nemici*. Roma: Luiss University Press, 2018.
- SCIASCIA, Leonardo. *La palma va a nord*. Napoli: Quaderni Radicali, 1981.
- SCIASCIA, Leonardo. *A futura memoria (se la memoria ha un futuro)*. Milano: Adelphi, 2017.
- SCIASCIA, Leonardo. *A futura memoria (se la memoria ha un futuro)*. Milano, Italia: Altre edizioni, 2017.

³⁸ N.T.: Fragmentos de um discurso antimafioso.

Dados para indexação em língua estrangeira

Marrone, Gianfranco

Fragments of a political discourse. Critical interventions
Estudos Semióticos, Special issue “Political discourse in the
contemporaneity: theoretical and analytical challenges”

vol. 15, n. 1 (2019)

ISSN 1980-4016

Abstract: *This essay defends the relevance of the semiotic regards on politics, as well as the political characteristic of semiotic research. Through the development of discursive organization in contemporary politics and the idea of political discourse, the author analyzes and reflects about the themes and the passions which he identifies a specific path of semiotics to answer the questions raised by the any political fields. For this, it performs critical interventions, as a founding semiotic posture. The work also aims at dismantling naturalized myths and meanings. These semiotic gestures are a consequence of the general orientation that allows the production of discourses: a political and ethical posture that guides the semiotic processes of construction and interpretation of discursive devices.*

Keywords: *discursive semiotics; passions semiotics; political discourse; strategy; ethics.*

Como citar este artigo

Marrone, Gianfranco. Fragmentos de um discurso político. Intervenções críticas. *Estudos Semióticos* [on-line]. Dossiê temático “Discursos políticos na contemporaneidade: desafios teóricos e analíticos”. Volume 15, n. 1. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. São Paulo, agosto de 2019, p. 1-17. Disponível em: { www.revistas.usp.br/esse }. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento: 20/04/2019

Data de aprovação: 25/05/2019
